

▼ Câmara Municipal de Santo André

O Presidente da Câmara Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 39 da Constituição Federal, com alterações introduzidas pela Emenda nº 19, de 05 de junho de 1998, e em conformidade com a Lei Municipal nº 10.626, de 23 de dezembro de 2022, e alterações posteriores, faz publicar os valores da remuneração dos cargos e funções gratificadas e subsídios dos Vereadores do Legislativo andressense:

Tabela Vencimentos Auxiliar Legislativo I						
QUADRO I	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 3.791,94	R\$ 4.140,23	R\$ 4.524,69	R\$ 4.949,07	R\$ 5.417,50	
2	R\$ 3.842,26	R\$ 4.195,78	R\$ 4.586,01	R\$ 5.016,74	R\$ 5.492,21	
3	R\$ 3.893,35	R\$ 4.252,16	R\$ 4.648,24	R\$ 5.085,45	R\$ 5.568,04	
4	R\$ 3.945,17	R\$ 4.309,39	R\$ 4.711,41	R\$ 5.155,17	R\$ 5.645,00	
5	R\$ 3.997,80	R\$ 4.367,48	R\$ 4.775,53	R\$ 5.225,94	R\$ 5.723,12	

Tabela Vencimentos Auxiliar Legislativo II						
QUADRO II	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 4.113,48	R\$ 4.495,16	R\$ 4.916,47	R\$ 5.381,51	R\$ 5.894,84	
2	R\$ 4.168,62	R\$ 4.556,03	R\$ 4.983,66	R\$ 5.455,68	R\$ 5.976,70	
3	R\$ 4.224,60	R\$ 4.617,82	R\$ 5.051,86	R\$ 5.530,96	R\$ 6.059,80	
4	R\$ 4.281,41	R\$ 4.680,53	R\$ 5.121,08	R\$ 5.607,37	R\$ 6.144,14	
5	R\$ 4.339,08	R\$ 4.744,18	R\$ 5.191,34	R\$ 5.684,92	R\$ 6.229,75	

Tabela Vencimentos Motorista						
QUADRO III	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 4.681,35	R\$ 5.121,98	R\$ 5.608,36	R\$ 6.145,23	R\$ 6.737,85	
2	R\$ 4.745,01	R\$ 5.192,25	R\$ 5.685,93	R\$ 6.230,87	R\$ 6.832,36	
3	R\$ 4.809,63	R\$ 5.263,58	R\$ 5.764,65	R\$ 6.317,78	R\$ 6.928,29	
4	R\$ 4.875,21	R\$ 5.339,98	R\$ 5.844,58	R\$ 6.405,97	R\$ 7.025,66	
5	R\$ 4.941,80	R\$ 5.409,47	R\$ 5.925,69	R\$ 6.495,51	R\$ 7.124,49	

Tabela Vencimentos Agente Legislativo I						
QUADRO IV	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 7.205,13	R\$ 7.909,00	R\$ 8.685,95	R\$ 9.543,55	R\$ 10.490,20	
2	R\$ 7.306,82	R\$ 8.021,25	R\$ 8.809,85	R\$ 9.680,32	R\$ 10.641,16	
3	R\$ 7.410,05	R\$ 8.138,36	R\$ 8.935,63	R\$ 9.819,15	R\$ 10.794,40	
4	R\$ 7.514,82	R\$ 8.250,84	R\$ 9.063,27	R\$ 9.960,05	R\$ 10.949,94	
5	R\$ 7.621,16	R\$ 8.368,23	R\$ 9.192,85	R\$ 10.103,07	R\$ 11.107,80	

Tabela Vencimentos Agente Legislativo II e IV						
QUADRO V	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 7.825,22	R\$ 8.592,25	R\$ 9.438,91	R\$ 10.373,47	R\$ 11.405,05	
2	R\$ 7.936,04	R\$ 8.714,58	R\$ 9.573,94	R\$ 10.522,51	R\$ 11.569,57	
3	R\$ 8.048,53	R\$ 8.838,73	R\$ 9.710,99	R\$ 10.673,79	R\$ 11.736,56	
4	R\$ 8.162,69	R\$ 8.964,77	R\$ 9.850,10	R\$ 10.827,35	R\$ 11.906,04	
5	R\$ 8.278,59	R\$ 9.092,68	R\$ 9.991,30	R\$ 10.983,20	R\$ 12.078,08	

Tabela Vencimentos Agente Legislativo III						
QUADRO VI	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 4.809,05	R\$ 5.262,95	R\$ 5.763,97	R\$ 6.317,00	R\$ 6.927,45	
2	R\$ 4.874,63	R\$ 5.335,34	R\$ 5.843,87	R\$ 6.405,20	R\$ 7.024,80	
3	R\$ 4.941,19	R\$ 5.408,81	R\$ 5.924,97	R\$ 6.494,72	R\$ 7.123,62	
4	R\$ 5.008,76	R\$ 5.483,38	R\$ 6.007,28	R\$ 6.585,59	R\$ 7.223,92	
5	R\$ 5.077,33	R\$ 5.559,10	R\$ 6.090,85	R\$ 6.677,81	R\$ 7.325,72	

Tabela Vencimentos Assistente Legislativo I						
QUADRO VII	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 7.970,19	R\$ 8.752,27	R\$ 9.615,54	R\$ 10.568,44	R\$ 11.620,26	
2	R\$ 8.083,18	R\$ 8.877,00	R\$ 9.753,22	R\$ 10.720,42	R\$ 11.788,01	
3	R\$ 8.197,88	R\$ 9.003,59	R\$ 9.892,97	R\$ 10.874,66	R\$ 11.958,27	
4	R\$ 8.314,29	R\$ 9.132,09	R\$ 10.034,80	R\$ 11.031,22	R\$ 12.131,09	
5	R\$ 8.432,45	R\$ 9.262,53	R\$ 10.178,77	R\$ 11.180,13	R\$ 12.306,50	

Tabela Vencimentos Assistente Legislativo II						
QUADRO VIII	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 9.943,60	R\$ 10.930,56	R\$ 12.019,98	R\$ 13.222,50	R\$ 14.549,86	
2	R\$ 10.086,20	R\$ 11.087,97	R\$ 12.193,73	R\$ 13.414,27	R\$ 14.761,55	
3	R\$ 10.230,95	R\$ 11.247,73	R\$ 12.370,08	R\$ 13.608,95	R\$ 14.976,42	
4	R\$ 10.377,85	R\$ 11.409,89	R\$ 12.549,06	R\$ 13.806,52	R\$ 15.194,52	
5	R\$ 10.526,97	R\$ 11.574,48	R\$ 12.730,75	R\$ 14.007,06	R\$ 15.415,88	

Tabela Vencimentos Assistente Legislativo III						
QUADRO IX	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 10.411,95	R\$ 11.447,54	R\$ 12.590,63	R\$ 13.852,39	R\$ 15.245,15	
2	R\$ 10.561,58	R\$ 11.612,70	R\$ 12.772,93	R\$ 14.053,62	R\$ 15.467,27	
3	R\$ 10.713,45	R\$ 11.780,33	R\$ 12.957,97	R\$ 14.257,87	R\$ 15.692,73	
4	R\$ 10.867,60	R\$ 11.950,48	R\$ 13.145,78	R\$ 14.465,19	R\$ 15.921,66	
5	R\$ 11.024,06	R\$ 12.123,18	R\$ 13.336,41	R\$ 14.675,60	R\$ 16.153,83	

Tabela Vencimentos Controlador Legislativo						
QUADRO X	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 10.885,75	R\$ 11.970,52	R\$ 13.167,90	R\$ 14.489,60	R\$ 15.948,51	
2	R\$ 11.042,49	R\$ 12.143,52	R\$ 13.358,87	R\$ 14.700,39	R\$ 16.181,19	
3	R\$ 11.201,57	R\$ 12.319,12	R\$ 13.552,69	R\$ 14.914,34	R\$ 16.417,35	
4	R\$ 11.363,03	R\$ 12.497,35	R\$ 13.749,43	R\$ 15.131,50	R\$ 16.657,05	
5	R\$ 11.526,93	R\$ 12.678,26	R\$ 13.949,12	R\$ 15.351,92	R\$ 16.900,35	

Tabela Vencimentos Procurador Legislativo/Consultor Legislativo						
QUADRO XI	CLASSES					
NÍVEIS	A	B	C	D	E	
1	R\$ 12.188,50	R\$ 13.408,51	R\$ 14.755,19	R\$ 16.241,67	R\$ 17.882,49	
2	R\$ 12.364,77	R\$ 13.603,09	R\$ 14.969,96	R\$ 16.478,74	R\$ 18.144,16	
3	R\$ 12.543,69	R\$ 13.800,58	R\$ 15.187,97	R\$ 16.719,37	R\$ 18.409,77	
4	R\$ 12.725,29	R\$ 14.001,03	R\$ 15.409,22	R\$ 16.963,60	R\$ 18.679,36	
5	R\$ 12.909,61	R\$ 14.204,49	R\$ 15.633,79	R\$ 17.211,51	R\$ 18.953,00	

Tabela Vencimentos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas						
1	Apoio Técnico Legislativo Diretoria / Gabinete					R\$ 7.776,32
2	Apoio Técnico Legislativo Controladoria / Compras					R\$ 7.999,65
3	Chefe de Núcleo					R\$ 8.591,79
4	Ouvidor					R\$ 9.591,51
5	Coordenador					R\$ 11.736,61
6	Assessor Especial da Presidência					R\$ 13.057,27
7	Assessor de Imprensa da Presidência					R\$ 13.057,27
8	Gerente					R\$ 14.619,82
9	Diretor de Unidade					R\$ 16.623,37
10	Diretor Geral					R\$ 19.832,71

Tabela Vencimentos Cargos Comissionados						
.-.	Assessor Político e de Relações Comunitárias					R\$ 6.813,83
.-.	Assessor de Relações Parlamentares e de Políticas Públicas					R\$ 11.736,61
.-.	Assessor Político de Apoio Legislativo					R\$ 14.936,18
.-.	Chefe de Gabinete					R\$ 14.936,18

Tabela Subsídio Cargo Político						
.-.	Vereador					R\$ 24.754,79

Câmara Municipal de Santo André, 11 de dezembro de 2025, 472º ano da fundação da cidade.
CARLOS ROBERTO FERREIRA
Presidente

▼ Prefeitura Municipal de Santo André

LEI Nº 10.915, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025. Processo Administrativo nº 38.509/2019 - Projeto de Lei nº 47/2025. Dispõe sobre normas urbanísticas aplicáveis à instalação e licenciamento de Infraestruturas de Suporte, Estações Transmissoras de Radiocomunicação - ETR, Estações Transmissoras de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estações Transmissoras de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte, autorizadas e homologadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no Município de Santo André, nos termos da legislação federal vigente, e dá outras providências. Gilvan Ferreira de Souza Junior - Prefeito do Município de Santo André, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no inciso VII do artigo 30 da Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 2016 - Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Santo André, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 1º A instalação e o licenciamento de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte, autorizadas e homologadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no Município de Santo André, fica disciplinada por esta lei. Parágrafo único. Não estão sujeitas às prescrições previstas nesta lei a infraestrutura para suporte de radares militares e civis, com propósito de defesa ou de controle de tráfego aéreo, radioamador, faixa do cidadão e rádio enlaces diretos com linha de visada ponto-a-ponto (approachlink), cujo funcionamento deverá obedecer à regulamentação própria. Art. 2º Para os fins de aplicação desta lei, em conformidade com a regulamentação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, considera-se: I- Infraestrutura de Suporte: infraestrutura passiva, composta pelos meios físicos fixos utilizados para dar suporte à instalação de redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas, sendo considerado como um equipamento e não edificação, para os efeitos da legislação aplicável; II- Infraestrutura de suporte harmonizada à paisagem: mobiliário urbano, como poste, totem, site ou poste multifuncional e similares, de baixo impacto visual, capaz de abrigar, em seu interior ou em estrutura subterrânea, todos os equipamentos necessários para a instalação de uma ETR; III- Torre: infraestrutura vertical, do tipo autoportada ou estalada, projetada especificamente para a instalação e suporte de equipamentos de telecomunicação, como antenas, transmissores, receptores e outros dispositivos relacionados; IV- Poste: infraestrutura vertical cônica e autoportada, de madeira, concreto, metálica ou outro material, destinada a sustentar linhas de transmissão de energia elétrica e iluminação pública e/ou suportar equipamentos de telecomunicações; V- Mastro: Infraestrutura de Suporte hastea, de pequena seção transversal, normalmente autoportada, com até 10,00m (dez metros), que se destina a apoiar antenas de telecomunicações; VI- Abrigos de equipamentos: armários, gabinetes ou contêineres destinados à guarda e à proteção de equipamentos, aparelhos ou dispositivos de telecomunicações, associados à Infraestrutura de Suporte, sendo considerados como obras complementares nos termos do art. 21 da Lei nº 8.065, de 13 de julho de 2000 - Código de Obras e Edificações do Município de Santo André e regulamentos posteriores; VII- Compartilhamento da Infraestrutura de Suporte: compartilhamento de infraestrutura de suporte entre duas ou mais empresas, com o objetivo de otimizar recursos e reduzir custos, sendo considerado como uma infraestrutura de suporte para fins de aplicação desta lei; VIII- Compartilhamento de equipamentos: compartilhamento de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiação eletromagnética, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações, constituindo um sistema irradiante e distinguindo-se da Infraestrutura de Suporte; IX- Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte: ETR que apresenta dimensões físicas reduzidas e de baixo impacto visual, observadas uma das seguintes características: a) equipamentos ocultos em mobiliário urbano, enterrados, camuflados ou harmonizados em fachadas de edificações residenciais ou comerciais, ou instalados em edificação ou estrutura existente, ou quando a instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas; b) atenda aos requisitos definidos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 1º de setembro de 2020. X- Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel: conjunto de instalações que comporta equipamentos de radiofrequência, destinado à transmissão de sinais de telecomunicações, de caráter transitório; XI- Antena: dispositivo para irradiar ou captar ondas eletromagnéticas no espaço; XII- Para-raios: haste ou malha metálica instalada no topo de uma estrutura, com o objetivo de proteger a estrutura contra descargas atmosféricas; XIII- Rede de distribuição de energia elétrica: rede de distribuição de energia elétrica, composta por cabos, postes, torres, transformadores e outros equipamentos necessários para a distribuição de energia elétrica; XIV- Prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações; XV - Permissãoária: pessoa física ou jurídica que detém a cessão de uso de bem público, sendo responsável pelo mesmo, conforme instrumento de cessão expedido pelo Poder Público; XVI - Instalação Externa: instalação em locais não confinados, como torres, postes, topo de edificações, fachadas, caixas d'água e locais similares; XVII - Instalação Interna: instalação em locais internos, como no interior de edificações, túneis, shopping centers, aeroportos, estádios e outras edificações; XVIII - Área Precária: áreas ocupadas pendentes de regularização fundiária, ou assim designadas, conforme expressa manifestação do órgão municipal responsável pela política de regularização fundiária. Art. 3º As Infraestruturas de Suporte, a Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, a Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e a Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e de relevante interesse social, devendo receber tratamento prioritário, em atenção ao inciso XVIII do art. 2º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, podendo ser implantadas em bens privados e públicos, em todas as categorias de uso. § 1º A implantação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 2º Fica autorizada a implantação de Infraestrutura de Suporte em área envoltória de bens tombados ou área envoltória de zonas de proteção ambiental, praças, parques e áreas similares, obedecidos exclusivamente os parâmetros estabelecidos por esta lei. § 3º A autorização de instalação de Infraestrutura de Suporte, ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte em lote com edificação existente, ou se utilizando de edificação existente, não implica na regularização das edificações, não havendo vinculação entre as infraestruturas de suporte ou a ETR de Pequeno Porte e as edificações existentes. § 4º Na implantação de Infraestruturas de Suporte e ETR de Pequeno Porte deverão ser especialmente priorizadas as infraestruturas harmonizadas à paisagem, a redução do impacto paisagístico e a utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público, distribuição de energia e mobiliário urbano, para a implantação e economicamente viável, nos termos da legislação federal. § 5º A instalação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 6º Fica permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte, Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte em bens privados, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel, sendo permitida a apresentação de autorização de possuidor do imóvel, exclusivamente quando a instalação de Infraestrutura de Suporte for requerida em área precária. Parágrafo único. O aceite da autorização pelo possuidor do imóvel não implica, por parte da Prefeitura de Santo André, no reconhecimento do direito de propriedade do imóvel, sendo necessária manifestação prévia do órgão municipal responsável pela política de regularização fundiária. Art. 5º Fica autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 6º Fica permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte, Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte em bens privados, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel, sendo permitida a apresentação de autorização de possuidor do imóvel, exclusivamente quando a instalação de Infraestrutura de Suporte for requerida em área precária. Parágrafo único. O aceite da autorização pelo possuidor do imóvel não implica, por parte da Prefeitura de Santo André, no reconhecimento do direito de propriedade do imóvel, sendo necessária manifestação prévia do órgão municipal responsável pela política de regularização fundiária. Art. 5º Fica autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 6º Fica permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte, Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte em bens privados, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel, sendo permitida a apresentação de autorização de possuidor do imóvel, exclusivamente quando a instalação de Infraestrutura de Suporte for requerida em área precária. Parágrafo único. O aceite da autorização pelo possuidor do imóvel não implica, por parte da Prefeitura de Santo André, no reconhecimento do direito de propriedade do imóvel, sendo necessária manifestação prévia do órgão municipal responsável pela política de regularização fundiária. Art. 5º Fica autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 6º Fica permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte, Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel - ETR Móvel e Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte em bens privados, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel, sendo permitida a apresentação de autorização de possuidor do imóvel, exclusivamente quando a instalação de Infraestrutura de Suporte for requerida em área precária. Parágrafo único. O aceite da autorização pelo possuidor do imóvel não implica, por parte da Prefeitura de Santo André, no reconhecimento do direito de propriedade do imóvel, sendo necessária manifestação prévia do órgão municipal responsável pela política de regularização fundiária. Art. 5º Fica autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte e ETR de qualquer tipo em área de preservação permanente, unidade de conservação, imóvel tombado, inventariado ou em área precária, dependerá de prévia anuência dos órgãos de preservação competentes, na forma da regulamentação. § 6º Fica permitida a instalação de